

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1, DE 2007 – CD, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS PELA CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO BRASILEIRO, CHAMADA DE “APAGÃO AÉREO”, DESENCADEADA APÓS O ACIDENTE AÉREO OCORRIDO NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800, DA GOL (VÔO 1907) E UM JATO LEGACY, DA AMÉRICA EXCELAIRE, COM MAIS DE UMA CENTENA DE VÍTIMAS

REQUERIMENTO Nº DE 2007
(Dos Srs. Gustavo Fruet, Vanderelei Macris, Otávio Leite, Carlos Sampaio e Rodrigo de Casto)

Requer a convocação do Sr. Brigadeiro Edilberto Sirotheau, ex-Superintendente de Segurança Aeroportuária da Infraero.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei n.º 1.579, de 18 de março de 1952, e na forma do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convocado o Sr. Brigadeiro Edilberto Sirotheau, ex-Superintendente de Segurança Aeroportuária da Infraero, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a crise aérea desencadeada após o acidente do Boeing da Gol com o jato Legacy da America ExcelAire, ocorrido em 29 de setembro de 2006.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com matéria publicada no *Correio Braziliense* de hoje, 15 de maio de 2007, à pag. 4, o referido Brigadeiro fez sérias denúncias, ao Ministério Público Federal, a respeito das condições de segurança dos aeroportos brasileiros, quatro meses antes do acidente do Boeing da Gol com o jato Legacy da America Excelaire.

“Brigadeiros atacam a Infraero

Marcelo Rocha

APAGÃO AÉREO

Em depoimentos ao MP quatro meses antes da crise nos aeroportos, dois ex-diretores da estatal denunciaram falta de recursos para prevenção de acidentes.

Segundo eles, área não era prioritária.

Passageiros no check-in de Congonhas, que teve a pista principal fechada para reforma: Infraero culpou empresas pelos atrasos.

Dois brigadeiros da Aeronáutica, ex-ocupantes de postos estratégicos na Infraero relacionados à segurança aeroportuária, revelaram ao Ministério Público Federal problemas que estariam na raiz da crise aérea brasileira. Edilberto Sirotheau e Frederico de Queiroz Veiga disseram que esbarraram na falta de recursos para trabalhar. Sirotheu foi ainda mais longe. Declarou que a escassez de dinheiro ocorreu porque se investiu mais em obras de “visibilidade, de necessidade duvidosa ou além das necessidades”, sempre tratadas, segundo ele, como

prioritárias e para as quais não faltavam recursos.

Os depoimentos dos dois oficiais fazem parte de investigação conduzida por procuradores da República em Minas Gerais para apurar denúncias relativas às condições de segurança nos aeroportos do país. Datado de 5 de junho do ano passado — ou seja, quatro meses antes dos primeiros sinais de colapso do controle aéreo —, o relato de Edilberto Sirotheau ao MP é o mais contundente. O ex-superintendente de segurança aeroportuária da Infraero afirmou que pediu demissão da estatal em abril de 2005 por falta de condições para adotar medidas na área sob sua responsabilidade.

De acordo com o oficial, ações de segurança operacional ficaram prejudicadas. Entre elas, atividades de prevenção a acidentes aéreos, de salvamento e combate a incêndio, além de melhorias no asfalto de pistas de pouso, em sistemas de balizamento noturno e sinalização. “Eram sempre postergadas por falta de recursos”, declarou. “Estruturar e operacionalizar as atividades de segurança em todos os então 67 aeroportos exigiria, naturalmente, recursos de grande monta para investimentos e custeio. Mas não resta dúvida quanto à sua imperiosa necessidade”, descreveu ele em documento de três páginas ao qual o Correio teve acesso.

Dificuldades

O brigadeiro Fernando Queiroz Veiga, ex-diretor operacional da Infraero, também denunciou a falta de recursos para a implementação de medidas na área de segurança. Veiga descreveu essa situação ao Ministério Público em 6 de junho de 2006: “Durante o exercício de 2004, passou a ser sensível a percepção de dificuldades na disponibilização dos recursos financeiros necessários para lançar os diferentes processos licitatórios dos equipamentos”, numa referência a pacote de equipamentos de segurança para vários aeroportos. “A área operacional começou a sentir-se pouco priorizada dentro da empresa para consecução de metas da sua área de competência”, acrescentou.

A denúncia investigada pelo MPF em Minas Gerais foi feita pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários. “Decidi levar os gastos faraônicos da empresa e as deficiências de equipamentos de segurança ao Ministério Público para ver tomada alguma providência”, explicou Leandro Castro Pinheiro, diretor do sindicato. As denúncias de Pinheiro transformaram-se em procedimento administrativo civil. O sindicalista encaminhou 12 representações ao MPF. Ele conta que as denúncias foram desmembradas e se transformaram em 47 procedimentos internos.

Colaborou Fernanda Odilla “

Sala da Comissão, 15 de maio de 2007.

Deputado Gustavo Fruet

Deputado Vanderelei Macris

Deputado Otávio Leite

Deputado Carlos Sampaio

Deputado Rodrigo de Casto